

# ELEMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE PORTUÁRIA COMO ATIVIDADE DE ENSINO E PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU<sup>1</sup>

Cesar Luiz Pasold<sup>2</sup>

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. A inovação: fundamentos e concepção; 3. Das considerações conceituais sobre disciplina acadêmica ao seu compromisso institucional; 4. Caracterização da disciplina elementos jurídicos da atividade portuária; 5. Conclusão; Referências.

**RESUMO:** Neste artigo busca-se caracterizar o espectro epistemológico e legal constitutivo da Disciplina Acadêmica (envolvendo Pesquisa e Ensino) denominada "Elementos Jurídicos da Atividade Portuária", ofertada no Programa de Mestrado do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica/CPCJ-UNIVALI. Apresenta-se, também, uma primeira proposta de sustentação bibliográfica básica para a referida Disciplina Acadêmica, bem como indicações quanto à metodologia de seu desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Disciplina Acadêmica; Atividade Portuária; Direito Portuário; Novo Modelo Portuário Brasileiro.

**ABSTRACT:** This article seeks to characterize the epistemological and legal spectrum that constitutes the academic discipline (involving both Research and Teaching) entitled "Legal Elements of Port Activity", which forms part of the Master's Degree Program in Legal Science of CPCJ-UNIVALI. It also proposes an initial basic bibliography for the Academic Discipline in question, and some suggestions regarding the methodology for its development.

**KEY WORDS:** Academic Discipline; Port Activity; Port Legislation; New Brazilian Ports Model.

## 1 Introdução

O Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica/CPCJ-UNIVALI optou por introduzir e operacionalizar no seu Programa de Mestrado em Ciência Jurídica<sup>3</sup>, a partir do ano letivo de 2005, uma nova Linha de Pesquisa denominada "Direito Internacional, Comércio e Atividade Portuária", de caráter inédito no Brasil. Dentro do esquema curricular de sustentação da referida Linha de Pesquisa, inclui-se a disciplina *Elementos Jurídicos da Atividade Portuária*.

No presente artigo utilizei o Método Indutivo tanto na Fase de Investigação quanto como base da lógica do relato de seus resultados, operacionalizando as Técnicas do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica<sup>4</sup>.

São explicitados os fundamentos e a concepção da inovação da UNIVALI e, com ênfase, busca-se caracterizar o espectro epistemológico e legal constitutivo da referida Disciplina Acadêmica (envolvendo Pesquisa e Ensino), bem como, compõe-se uma primeira proposta de sua sustentação bibliográfica básica, além de indicações quanto à Metodologia de seu desenvolvimento.

## 2 A inovação: fundamentos e concepção

A decisão de criação da novel Linha de Pesquisa é muito importante. Em primeiro lugar porque, mais uma vez, a UNIVALI atende à sua vocação histórica de exercício de função social, cultural e científica e de identificação com o seu nascedouro, o Município de Itajaí, em Santa Catarina. Nele, como é consabido, encontra-se um Porto de carga geral cuja hinterlândia está "representada por praticamente todo o Estado de Santa Catarina, acrescentando-se de [sic] algumas regiões produtoras do Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul"<sup>5</sup>. O porto organizado de Itajaí "mantém linhas regulares para toda a costa leste e oeste dos Estados Unidos, Europa, África, Oriente Médio, Extremo Oriente e países do MERCOSUL"<sup>6</sup>. Por oportuno, mister se faz enfatizar que em Santa Catarina há três Portos que são incluídos entre os mais importantes do Brasil: além do de Itajaí, o de Imbituba e o de São Francisco do Sul<sup>7</sup>.

Os assuntos que dizem respeito à atividade portuária estão a merecer atenção, observação e dedicação cada vez maiores, fora e dentro da Academia, em virtude da contundência da internacionalização da economia e das características peculiares dos fatores produtivos no mundo que nos é contemporâneo.

Ademais, a criação da nova Linha de Pesquisa caracteriza-se como uma oportuna e necessária oferta, em nível de Mestrado, à comunidade jurídica, da possibilidade de Ensino e Pesquisa com qualidade no campo do Direito Internacional, especialmente em suas conexões com o Comércio e com a Atividade Portuária.

O *Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica/CPCJ-UNIVALI* pode fazê-lo em seu *Programa de Mestrado em Ciência Jurídica* mercê da qualificação do seu Corpo Docente e das adequadas condições de Ensino e Pesquisa que detém e desenvolve de maneira sempre comprometida com elevado padrão metodológico e aprimorada dedicação aos conteúdos.

Neste propósito, o Colegiado do CPCJ, sob a liderança de seu Coordenador Geral, Prof. Dr. Paulo Cruz, aprovou proposta à Câmara de Pós Graduação da UNIVALI de criação da nova Linha de Pesquisa denominada "Direito Internacional, Comércio e Atividade Portuária". Para que as Pesquisas comprometidas com esta linha de pesquisa sejam efetuadas com eficiência e eficácia, foi composta uma estrutura curricular integrada por Disciplinas Acadêmicas cujos conteúdos fornecerão os suportes epistemológicos, legais e fáticos pertinentes ao espectro de conhecimento que a Linha estimula.

O quadro a seguir demonstra a composição curricular que dará suporte ao Grupo de Pesquisa e às pesquisas conducentes às Dissertações que serão desenvolvidas na referida Linha de Pesquisa.

**Disciplinas específicas para a linha de pesquisa Direito Internacional, Comércio e Atividade Portuária. - INTERNACIONALIZAÇÃO**

DISCIPLINA	PROFESSOR(A) DR(A)	CRÉDITOS
Relações Internacionais e Resolução de Conflitos	Karine de Souza Silva	02
Integração, Supranacionalidade e Comércio	Joana Stelzer	02
Segurança, Geopolítica e Comércio Internacional	César Amorim Krieger	02
Direito Ambiental e Desenvolvimento Econômico	Ricardo Stanzola	02
Direito do Comércio Internacional	Osvaldo Agripino	02
Princípios do Direito Marítimo	Osvaldo Agripino	02
Elementos Jurídicos da Atividade Portuária	Cesar Luiz Pasold	02
Direito Tributário e Comércio Internacional	Valcir Gassen, Carlos Araújo Leonetti, Índio Jorge Zavarizi	02

Fonte: Secretaria Acadêmica do CPCJ/UNIVALI.

Como se percebe, neste contexto curricular, está inserida a Disciplina *Elementos Jurídicos da Atividade Portuária*, a respeito da qual passo especificamente a tratar no presente artigo, sem antes, contudo, deixar de tecer algumas considerações sobre Disciplina Acadêmica.

### **3 Das considerações conceituais sobre disciplina acadêmica ao seu compromisso institucional**

Tenho proposto que Disciplina Acadêmica seja entendida como “conjunto de conhecimentos ordenados e disponíveis para atividade científica”.<sup>8</sup>

Com tal conceito operacional, pretendo que as Disciplinas Acadêmicas, qualquer que seja a sua espécie na taxionomia tradicional (obrigatórias, eletivas, opcionais), sejam sempre sólidas colunas de sustentação das atividades de Pesquisa e Ensino que a Instituição Educacional deve desenvolver.

Quando se tratar de pós-graduação *stricto sensu*, então, o compromisso de cada Disciplina e de todas as Disciplinas Acadêmicas é e será, de maneira indiscutível e inarredável, o de dar suporte teórico e teórico-prático (neste último, quando for o caso) às atividades de Pesquisa, sejam as desenvolvidas por Grupo de Pesquisa que envolva Docentes e/ou Discentes, sejam as dos Discentes que buscam especificamente a composição e consecução de Dissertação (no caso de Mestrado) e de Tese (no caso de Doutorado).

### **4 Caracterização da disciplina *Elementos Jurídicos da Atividade Portuária***

Sob o compromisso inerente à sua condição de Disciplina Acadêmica, a *Elementos Jurídicos da Atividade Portuária* foi concebida de modo a compor o devido suporte à Pesquisa com as demais Disciplinas da estrutura curricular da nova Linha de Pesquisa denominada “Direito Internacional, Comércio e Atividade Portuária”.

#### 4.1 Neste diapasão, a Ementa é assim composta:

**4.1.1** Atividade Portuária no Brasil e sua contextualização à luz dos: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Econômico, Direito Regulatório, Direito Civil, Direito Trabalhista, Direito Comercial, Direito do Consumidor, Direito Internacional e Direito Marítimo.

**4.1.2** Categorias básicas e seus conceitos operacionais: atividade portuária; porto organizado; área do porto organizado; operação portuária; operador portuário; trabalho portuário; órgão gestor de mão de obra do trabalho portuário; conselho de atividade portuária e agência regulatória.

**4.1.3** Estudo descritivo e analítico das bases jurídicas do "Novo Modelo Portuário Brasileiro": em destaque as Leis ns. 8630/93; 10.233/2001; 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95; 9.074/95; 9.277/96; 9.491/97; 9.719/98. Elementos jurídicos subsidiários: Leis ns. 8.884/94 e 8.078/90.

Leis municipais de Itajaí: n. 3197/97 – cria a Zona de apoio portuário e 3.513/2000 – dá nova denominação à autarquia que administra o Porto de Itajaí.

**4.1.4** A disciplina da Atividade Portuária e as questões ambientais.

#### 4.2 Graças à fundamental colaboração do Prof. Dr. Osvaldo Agripino de Castro Júnior, foi levantada uma primeira<sup>9</sup> bibliografia básica, assim:

ANJOS, José Haroldo dos; GOMES, Carlos Rubens Caminha. **Curso de Direito Marítimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

ARAGÃO, Alexandre dos Santos de. Regulação da Economia: Conceito e Características Contemporâneas. **In:** CASTRO JR., Osvaldo Agripino de (org.). **Temas Atuais de Direito do Comércio Internacional**. vol. II. Florianópolis: Editora da OAB/SC, 2005, p. 91-138. (no prelo)

Associação Brasileira dos Terminais Portuários. Comissão Portos. **O CAP em Ação. Competências e Responsabilidades dos Conselhos de Autoridade Portuária – CAPs**. Rio de Janeiro: ABTP, 2001.

Associação Brasileira dos Terminais Portuários. Comissão Portos. **O Novo trabalho portuário. OGM. Órgão Gestor de Mão-de-obra**. Rio de Janeiro: ABTP, 2000.

BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Ações Constitucionais**-"Novos" Direitos e Acesso à Justiça. 2 ed. rev.amp. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2005.

CATHARINO, José Martins. **O Novo Sistema Portuário Brasileiro**-Lei nº 8.630, de 25.2.93. Rio de Janeiro :Associação Brasileira dos Terminais Portuários Privativos- ABTP, 1994.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. Introdução ao Direito Marítimo. **In:** CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. (org.) **Temas Atuais de Direito do Comércio Internacional**. vol. I. Florianópolis: Editora da OAB/SC, 2004, p. 101-136.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. Aspectos Destacados do Direito Econômico e o Comércio Internacional. **In:** CASTRO JR., Osvaldo Agripino de (org.) **Temas Atuais de Direito do Comércio Internacional**. vol. II. Florianópolis: Editora da OAB/SC, 2005, p. 37-89. (no prelo)

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2001. (3 Volumes).

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 14 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 500 p.

COLLYER, Marco A. et COLLYER, Wesley O. **Dicionário de Comércio Marítimo**. Termos e abreviaturas usados no comércio marítimo internacional. 3 ed. atual. Rio de Janeiro : Editora Lutécia, 2002.

- COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro et ali. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais**-comentários à Lei n. 9.605/98. 2 ed. rev. atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do Direito Constitucional**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.
- CRUZ, Paulo Márcio. Intervenção e Regulação do Estado. In: CASTRO JR., Osvaldo Agripino de (org.). **Temas Atuais de Direito do Comércio Internacional**. vol. II. Florianópolis: Editora da OAB/SC, 2005, p. 139-162. (no prelo)
- DAL RI JÚNIOR, Arno. **História do Direito Internacional**. Comércio e Moeda. Cidadania e Nacionalidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
- FREITAS, Douglas Phillips (org.). **O Novo Código Civil comentado por Artigos**. Florianópolis: Voxlegem, 2003.
- GIBERTONI, Carla Adriana Comitre. **Teoria e prática do Direito Marítimo**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro : Renovar, 2005.
- GILBERTONI, Carla Adriana C. **A Lei de Modernização dos Portos**. In: Âmbito Jurídico, mar/1999 [Internet] <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/da0016.htm> - acesso em 19 de abril de 2005.
- GOMES, Ana Virgínia Moreira; VIDAL, Soraia Maria do Socorro Carlos; MELLO, Maria Sílvia Baskerville de. A Modernização dos Portos e o Trabalho Portuário: análise da regulação interna e internacional. In: CASTRO JR., Osvaldo Agripino de (org.) **Temas Atuais de Direito do Comércio Internacional**. vol. II. Florianópolis: Editora da OAB/SC, 2005, p. 163-205. (no prelo).
- GRINOVER, Ada Pellegrini *et alii*. **Código de defesa do Consumidor** - comentado pelos Autores do anteprojeto. 7 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- LANARI, Flávia de Vasconcelos. **Direito Marítimo: Contratos e Responsabilidades**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**- o novo regime das relações contratuais. 4 ed. rev. atual. amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 6 ed. rev. atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. **Dicionário de Política Jurídica**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2000.
- MELO, Orlando Ferreira de. **Hermenêutica Jurídica**- uma reflexão sobre novos posicionamentos. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2001.
- NETO, Arnaldo Bastos Santos; VENTILARI, Paulo Sérgio Xavier. **O Trabalho Portuário e a Modernização dos Portos**. Curitiba: Juruá, 2000.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito. 9.ed. Florianópolis: OAB/SC; OAB Editora, 2005.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. 3 ed. rev. atual. amp. Florianópolis: OAB/SC Editora co-edição Editora Diploma Legal. 2003. 128 p.
- PINTO, Cristiano Paixão Araújo; FLEURY, Ronaldo. **Modernização dos Portos e as Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Síntese, 2004.
- PORTO, Marcos Maia e TEIXEIRA, Sérgio Grein. **Portos e Meio Ambiente**. São Paulo: Aduaneira, 2001.
- REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito** – situação atual. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1994
- SCAFF, Fernando Facury ( org.). **Constitucionalizando Direitos**-15 anos da Constituição Brasileira de 1988. Rio de Janeiro/São Paulo : Renovar, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos de Moraes. **Direito Portuário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- SILVA, Karine de Souza. **Direito da Comunidade Européia**-Fontes, Princípios e Procedimentos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SOUZA, Telma de. **Os desafios da questão portuária. Impactos da Implementação da Lei n. 8.630/93.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

STEIN, Alex Sandro. **Curso de Direito Portuário.** São Paulo: LTr, 2002.

STELZER, Joana. **Mercado Europeu-** Direito e Análise Jurisprudencial. Curitiba: Juruá, 2004.

VALE, Manuel Alves do. **Abertura dos Portos ou trilhas de modernização:** lei nº 8630, de 25/02/1993. Imbituba: Lex Graf, 1995.

#### 4.3 A Disciplina tem o seguinte objetivo geral:

Estimular nos Mestrandos a identificação e a compreensão responsabilmente crítica do Direito Portuário em todas os seus aspectos, para realizar adequadamente Pesquisas Científicas na área temática das Atividades Portuárias.

#### 4.4 A Disciplina tem os seguintes objetivos específicos:

**4.4.1** estimular nos Mestrandos a identificação e a compreensão responsabilmente crítica das relações e conexões entre o Direito Portuário e diversos ramos do Direito, de modo que possam perceber adequadamente os Conceitos Operacionais das Categorias que dizem respeito à Atividade Portuária;

**4.4.2** incentivar os Mestrandos à percepção, o mais integral possível, do "Novo Modelo Portuário Brasileiro", especialmente a partir de suas matrizes conceituais e jurídicas;

**4.4.3** estimular nos Mestrandos a Pesquisa Científica sobre os Elementos Jurídicos da Atividade Portuária, com destaque para o regramento da Atividade Portuária e as questões ambientais.

#### 4.5 Metodologia

A disciplina será desenvolvida através do *Método Indutivo* alternado com o *Método Dialético*, com o auxílio das seguintes Técnicas: *Técnica do Referente*; *Técnica da Categoria*; *Técnica do Conceito Operacional* e *Técnica da Pesquisa Bibliográfica*. As atividades transcorrerão através de aulas expositivas, pesquisas dirigidas e seminários especiais de reflexão e debates.

#### 4.6 Avaliação

**4.6.1 Dos Mestrandos:** os Alunos serão avaliados em todas as atividades desenvolvidas na Disciplina, com ênfase para a qualidade dos produtos resultantes das pesquisas dirigidas, do desempenho nos seminários e do produto científico-acadêmico final.

**4.6.2 Da Disciplina:** será efetuada através de Questionário de Avaliação aplicado nos respectivos Discentes, ao final da Disciplina, com o objetivo da realimentação qualitativa dos conteúdos e da metodologia (métodos e técnicas) nas ofertas futuras.

## 5. Conclusão

Neste artigo procurei caracterizar o espectro epistemológico, legal, bibliográfico e metodológico constitutivo da Disciplina Acadêmica (envolvendo Pesquisa e Ensino) denominada "*Elementos Jurídicos da Atividade Portuária*", ofertada no Programa de Mestrado do *Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica/CPCJ-UNIVALI* como um dos suportes sólidos das atividades de Pesquisa na Linha de Pesquisa denominada "*Direito Internacional, Comércio e Atividade Portuária*", de caráter inédito no Brasil.

## Referências

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**. 8 ed. Florianópolis: OAB-SC; OAB Editora, 2003.  
STEIN, Alex Sandro. **Curso de Direito Portuário**. São Paulo: LTr, 2002.

## Notas

- 1 Neste artigo procuro seguir as recomendações que exarei sobre ARTIGO CIENTÍFICO em PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**-idéias e ferramentas úteis ao Pesquisador do Direito. 9 ed. Florianópolis:OAB-SC Editora co-edição OAB Editora, 2003. p.189 a 194.
- 2 Doutor em Direito pela *Universidade de São Paulo/USP*; Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela UFSC; Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Advogado – OAB/SC 943 é Diretor Presidente do *Adocacia Pasold e Associados S/S - OAB-SC—059/90*; Ex-Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu em Ciência Jurídica/CPCJ-UNIVALI* do qual é atualmente Professor nas Disciplinas "Metodologia da Pesquisa Jurídica" e "Elementos Jurídicos da Atividade Portuária". Ex- Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito-CPGD/UFSC. Autor, entre outros, dos livros: **O Advogado e a Advocacia**. 3 ed. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2001.176p.; **Prática da Pesquisa Jurídica**-idéias e ferramentas úteis ao Pesquisador do Direito.9 ed.Florianópolis: OAB-SC; OAB Editora,2005. 248p.; e, **Função Social do Estado Contemporâneo**. 3.ed. Florianópolis: OAB/SC Editora co-edição Editora Diploma Legal, 2003.128p. E-mail: pasold@univali.br
- 3 O *Programa de Mestrado em Ciência Jurídica-PMCJ* vinculado ao *Curso de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica/CPCJ-UNIVALI* é recomendado nacionalmente pela CAPES e reconhecido , com validade nacional, pelo *Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina-CEE/SC*.
- 4 Sobre o Método Indutivo na Fase de Investigação e na Fase de Relato dos Resultados da Pesquisa Científica e quanto a estas Técnicas, vide PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**-idéias e ferramentas úteis ao Pesquisador do Direito,*cit.*, p.104 e 29 a 71, respectivamente. Informo ao Leitor que, na Fase de Tratamento de Dados para este artigo, utilizei o Método Cartesiano.
- 5 Conforme STEIN, Alex Sandro. **Curso de Direito Portuário**. São Paulo: LTr, 2002, p. 35.
- 6 Idem, *ibidem*.
- 7 Vide STEIN, Alex Sandro. **Curso de Direito Portuário**, *cit.* p.196.
- 8 Conforme PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**-idéias e ferramentas úteis ao Pesquisador do Direito,*cit.*, p. 232.
- 9 A Bibliografia Básica haverá de ser complementada continuamente pelo Docente e pelos Discentes na dinâmica da Disciplina na medida em que a mesma é ofertada.

Recebido em: outubro de 2005

Avaliado em: novembro de 2005

Aprovado para publicação em: março de 2006

